

# Estados poderiam tributar serviços de big techs, diz Marcos Pereira

31/07/2025

Ainda que o Supremo Tribunal Federal tenha [fixado tese responsabilizando as plataformas digitais](#) por conteúdos publicados por seus usuários, legislar sobre regras para publicações nas redes sociais durante as eleições é algo “difícil” e “complexo”, na opinião do deputado federal **Marcos Pereira**, presidente nacional do Republicanos.

Segundo ele, os estados poderiam pensar em tributos nos serviços oferecidos pelas empresas que controlam as redes sociais, chamadas de *big techs*, tendo em vista que elas têm sede no exterior e não recolhem impostos como outros veículos de comunicação.

“O que os estados poderiam fazer é tributar, com ICMS (*Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços*), porque não deixa de ser um serviço. Se as empresas estão instaladas no exterior, especialmente nos Estados Unidos, e não pagam impostos no Brasil. *(Elas)* Ganham dinheiro, mas não pagam adequadamente como um veículo tradicional de comunicação.”

Ele falou sobre o tema em entrevista à série **Grandes Temas, Grandes Nomes do Direito**, em que a revista eletrônica **Consultor Jurídico** ouve alguns dos nomes mais importantes do Direito e do empresariado sobre as questões mais relevantes da atualidade. Para o deputado, a regulação das redes é complexa porque há uma linha tênue entre a regra e a censura prévia.

“A capacidade de criar uma lei para regulamentar postagens, sobretudo no período eleitoral, é um tema muito controverso, é um tema muito difícil. O liame entre a censura e a liberdade de expressão é muito tênue, nós não podemos criar uma censura prévia. Especificamente no período eleitoral, eu acho que é mais complexo”, disse o parlamentar em entrevista durante o **XIII Fórum de Lisboa**, promovido neste mês na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL).

Para Pereira, as leis não conseguem acompanhar o ritmo da digitalização. Nesse cenário, ele acredita que o tema deve ficar a cargo do Tribunal Superior Eleitoral, e não deve ser assumido pelo Congresso Nacional.

A fala dele confirma o que o ministro Floriano de Azevedo Marques [afirmou à ConJur](#), defendendo que a corte eleitoral use ferramentas para acompanhar as mudanças e evitar que a tecnologia distorça a vontade do eleitorado.

**Clique [aqui](#) para ver a entrevista ou assista abaixo:**

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2025-jul-31/estados-poderiam-tributar-servicos-de-big-techs-diz-marcos-pereira/>

